

**RESENHA DO ARTIGO INTITULADO “DIREITO AO ESQUECIMENTO:
MARGINALIZAÇÃO PERPÉTUA OU DIREITO DE RECOMEÇAR?”¹**

*THE RIGHT TO FORGETFULNESS: PERPETUAL MARGINALIZATION OR
THE RIGHT TO START OVER?*

Isabela Faria de Sousa²

Faculdade Processus – DF (Brasil)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7777341216749548>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8239-3391>

E-mail: isassousaf@outlook.com

Resenha da obra:

PORTO, Noemia Aparecida Garcia; VOGEL, Adriana Cristina S.; OLIVEIRA, Alessandra da Cruz; GENEROSO, Alexandre Ribeiro; FRANÇA, Alisson Gomes da Mata de; CARVALHO, Otho Cezar Miranda de; NÓBREGA, Renata Coelho da. Direito ao esquecimento: Marginalização perpétua ou direito de recomeçar?. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**. Ano VIII, Vol. VIII, n.29, jan.-mar., 2017.

Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Direito ao esquecimento: marginalização perpétua ou direito de recomeçar?”. Este artigo é de autoria de: Noemia Aparecida Garcia Porto, Adriana Cristina S. Vogel, Alessandra da Cruz Oliveira, Alexandre Ribeiro Generoso, Alisson Gomes da Mata de França, Otho Cezar Miranda de Carvalho e Renata Coelho da Nóbrega. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”, no Ano VIII, Vol. VIII, n.29, jan.-mar., 2017.

Palavras-chave: Direito. Esquecimento. Marginalização. Perpétua. Recomeçar.

Abstract

This is a review of the article titled “The right to forgetfulness: perpetual marginalization or the right to start over?”. This article is authored by: Noemia Aparecida Garcia Porto, Adriana Cristina S. Vogel, Alessandra da Cruz Oliveira,

¹A revisão linguística desta resenha foi realizada por *Érida Cassiano Nascimento*

² Graduanda em Direito pela Faculdade Processus.

Alexandre Ribeiro Generoso, Alisson Gomes da Mata de França, Otho Cezar Miranda de Carvalho and Renata Coelho da Nóbrega. The article reviewed here was published in "Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros", in the Year VIII, Vol. VIII, number 29, jan.-mar., 2017.

Keywords: *Right. Forgetfulness. Marginalization. Perpetual. Start over.*

Resenha

Esta obra é uma resenha do artigo denominado "Direito ao esquecimento: marginalização perpétua ou direito de recomeçar?". Este artigo foi elaborado por: Noemia Aparecida Garcia Porto, Adriana Cristina S. Vogel, Alessandra da Cruz Oliveira, Alexandre Ribeiro Generoso, Alisson Gomes da Mata de França, Otho Cezar Miranda de Carvalho e Renata Coelho da Nóbrega. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico "Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros", no Ano VIII, Vol. VIII, n.29, jan.-mar., 2017.

Esse artigo foi elaborado pelo Grupo de Pesquisa Jurisdição Constitucional e os Desafios para a Cidadania, do curso de Direito da Faculdade Processus, vinculado à Coordenadoria de Pesquisa e Extensão e coordenado pela Professora Dra. Noemia Aparecida Garcia Porto. Vejamos um pouco sobre cada um dos autores que participaram da confecção do artigo.

A primeira autora deste artigo é Noemia Aparecida Garcia Porto. Doutora e mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília. Juíza do trabalho há 23 anos e integrante de diversos grupos de pesquisa, possui larga experiência docente em Direito Constitucional, Direito do Trabalho, Individual, Coletivo e Processual. Além disso, é autora de livros e artigos publicados (CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6170026823767166>).

Os demais autores são Graduandos em Direito pela Faculdade Processus: Adriana Cristina S. Vogel, Alessandra da Cruz Oliveira, Alexandre Ribeiro Generoso, Alisson Gomes da Mata de França, Otho Cezar Miranda de Carvalho e Renata Coelho da Nóbrega,

Este artigo é dividido nos seguintes capítulos: introdução, direito ao esquecimento e algumas notas sobre o debate internacional, direito ao esquecimento e o sistema jurídico brasileiro, considerações finais, referências.

O tema deste artigo é "Direito ao esquecimento: marginalização perpétua ou direito de recomeçar?". Nele discutiu-se o choque entre o direito ao esquecimento como garantidor da dignidade da pessoa humana e o direito à informação. O artigo parte da hipótese de que um indivíduo deve ter a

possibilidade de recomeçar a vida após ter cumprido sua respectiva pena sem precisar passar por constantes e indefinidas exposições por veículos midiáticos.

O propósito deste artigo foi trazer à tona o debate sobre a marginalização perpétua por meio da constante exposição: liberdade de expressão ou cerceamento do direito à dignidade da pessoa humana?. O objetivo específico foi explorar essa temática no âmbito nacional e internacional, com a abordagem de casos que exemplificam perfeitamente a temática proposta.

Como metodologia para a construção da pesquisa utilizada neste artigo, os autores se basearam em reportagens jornalísticas, estudo de casos concretos, livros e jurisprudências, que contribuíram para a formação dos conhecimentos abordados em questão.

O primeiro capítulo da obra aborda o direito ao esquecimento na esfera internacional e tem como objetivo aumentar a compreensão sobre a temática além do ordenamento jurídico brasileiro, mostrando, de forma clara e sucinta, que todas as experiências jurídicas devem ser valorizadas.

De maneira importante, os autores evidenciam que o advento da Internet, juntamente com a disseminação global das redes sociais, tornou o debate mais caloroso em cortes de todo o mundo, uma vez que, para esses meios de comunicação, é muito difícil estabelecer uma forma eficaz de controle. A era da informação trouxe consigo a oportunidade de crescimento pessoal e profissional para muitas pessoas, mas trouxe também a dificuldade de poder esquecer e ser esquecida para outras.

Com muita eficiência, o texto demonstra que a tensa discussão sobre o tema ao redor do mundo se faz cada vez mais necessária, e decisões internacionais podem influenciar a regulamentação do “Direito ao Esquecimento” em inúmeros países, incluindo o Brasil, além de deixar claro que o direito da pessoa condenada de seguir em frente, sem precisar ser lembrada a todo tempo do crime cometido, deve ser garantido.

O segundo capítulo da obra aborda o direito ao esquecimento no sistema jurídico brasileiro e a oposição entre o direito coletivo à informação e o direito individual à privacidade. De forma competente, os autores analisam o assunto sob o vértice da tutela jurídica da dignidade da pessoa humana na era tecnológica.

De forma sucinta e direta, o texto demonstra que o indivíduo pode, de forma legítima, invocar judicialmente o direito ao esquecimento para que sejam retiradas dos diversos meios de comunicação as informações sobre seu passado, objetivando garantir sua própria dignidade e esclarece que o ordenamento jurídico brasileiro abriga o direito ao esquecimento, desde que

contextualizado com o direito individual à intimidade e à honra, e ponderado com o direito coletivo à informação e ao exercício da memória.

Como resultado da necessária e importante pesquisa realizada pelos autores, podemos concluir que o direito ao esquecimento deve ser reconhecido em situações que atinjam diretamente a dignidade da pessoa humana, e a análise de cada caso concreto é imprescindível. A interminável exposição do indivíduo estigmatizado se dá pelo clamor social por vingança coletiva, caminhando em direção contrária à proteção presente no sistema brasileiro, e as experiências acumuladas devem contribuir para uma nítida definição dos contornos para a temática envolvendo os direitos fundamentais discutidos.

Referências

PORTO, Noemia Aparecida Garcia; VOGEL, Adriana Cristina S.; OLIVEIRA, Alessandra da Cruz; GENEROSO, Alexandre Ribeiro; FRANÇA, Alisson Gomes da Mata de; CARVALHO, Otho Cezar Miranda de; NÓBREGA, Renata Coelho da. Direito ao esquecimento: Marginalização perpétua ou direito de recomeçar?. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**. Ano VIII, Vol. VIII, n.29, jan.-mar., 2017. Disponível em: <<http://periodicos.processus.com.br/index.php/egjf/article/view/86>>. Acesso em: 07 out. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Modelo de resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista Processus Multidisciplinar**. Vol. 1, n. 2, p. 04-07, ago. 2020. Disponível em: <<http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/225>>. Acesso em: 03 ago. 2021.